

argumentação. Para o autor “os significados das palavras e a lexicalização de significados são questões que são variáveis socialmente e socialmente contestadas, e facetas de processos sociais e culturais mais amplos”.¹⁹ A escolha de determinada palavra ou expressão revela, especialmente quando tratamos de temas polêmicos, uma adesão a determinado conjunto de valores. Neste sentido, por exemplo, a escolha pela palavra “transexualismo” no lugar de “transexualidade” atribui uma conotação de patologia à identidades *trans**, revelando adesão do emissor do discurso a determinados valores.

O terceiro conceito escolhido é a *matriz social do discurso* e está contido no macroindicador de análise da prática social. Esse microindicador tem como objetivo “especificar as relações e as estruturas sociais e hegemônicas que constituem a matriz dessa instância particular da prática social e discursiva; como essa instância aparece em relação a essas estruturas e relações”.²⁰ Busca, além disso, analisar que efeitos ela traz, em termos de sua reprodução ou transformação.

2. DELIMITAÇÃO DO OBJETO

A escolha das decisões de apelação se justifica em primeiro lugar pela apreciação da matéria por um colegiado, que, como veremos, em diversas ocasiões constitui uma rica fonte de estudo ao permitir a dialética entre os julgadores. Figueiredo, ao analisar apelações em processos judiciais de casos de estupro, explicita outros aspectos da importância de tais decisões que exercem influência “de forma mais imediata, sobre as vidas dos indivíduos diretamente envolvidos com elas”, “(n)as decisões de apelação também ocupam um papel didático, uma vez que são utilizadas em faculdades de Direito para o ensino da lei” e “como fontes de direito ao serem usadas como precedentes em decisões futuras”.²¹

19 FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social. Coordenadora da tradução, revisão técnica e prefácio: Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001, p. 230.

20 Ibidem, p. 290

21 FIGUEIREDO, Debora Carvalho de. Vítimas e vilãs, “monstros” e “desesperados”. Como o discurso judicial representa os participantes de um crime de estupro. Linguagem em (Dis)curso, Tubarão, v. 3, n. 1, p. 135-155, jul./dez. 2002, p.138

Recortes:

Espacial: Tribunais de Justiça dos 26 Estados e do Distrito Federal e decisões proferidas em segunda instância.

Temporal: Decisões proferidas após o REsp 1.626.739/RS no STJ.

2.1. PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES COM O OBJETO

Com o objetivo de selecionar as decisões analisadas, utilizamos o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul como paradigmático para estabelecer os descritores eleitos pela equipe de pesquisadores que seriam aplicados aos demais tribunais brasileiros. Nesta primeira fase, respeitando o marco temporal estabelecido, buscamos, através de inúmeras combinações de descritores, mapear as decisões de retificação de registro civil de pessoas transexuais. Em seguida, a mesma pesquisa foi realizada no Tribunal de Justiça de Santa Catarina para confirmar ou não a eficácia dos marcadores escolhidos.

Ao fim dessa primeira etapa, selecionamos quatro descritores que conseguiam, em conjunto, dar conta do universo total de decisões encontradas: “*transexualismo*”,²² “alteração nome sexo”, “alteração sexo gênero” e “registro civil sexo”.

2.2. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Em seguida, a equipe de pesquisadoras aplicou esses quatro descritores aos Tribunais de Justiça de todos os Estados e Distrito Federal. Ao final, foram selecionadas 62 decisões sobre retificação de registro civil de pessoas transexuais, incluindo as decisões de conflito de competência.

Em alguns órgãos como o TJPR e o TJRJ, a maior parte das decisões está em segredo de justiça. Portanto, o universo escolhido na amostragem final não representa a totalidade de decisões proferidas sobre o tema no marco temporal.

²² Optamos pela utilização do termo “transexualismo”, embora sua utilização seja criticável por oferecer uma perspectiva patologizante de identidades trans*, pois o termo “transexualidade” não se mostrou eficaz para rastrear as decisões desejadas. Essa primeira constatação já revela a opção linguística de muitas decisões de utilizar um termo patologizante em detrimento da denominação correta quando tratamos de identidades de gênero. Esse aspecto será abordado durante a análise qualitativa de forma mais aprofundada.